

# Resumo de notícias econômicas

17 de Janeiro de 2022 (segunda-feira)

Ano 4 n. 252

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

## **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 17 DE JANEIRO DE 2021**

- Estados acabam com congelamento do ICMS sobre combustíveis
- Empresários pedem retomada de benefício a exportadores
- TCU vê risco de reajuste 'expressivo' da energia
- Copel avalia a compra da Rio Energy
- 5G na Aviação
- Plataforma de tecnologia para logística e mobilidade
- Desperdício do bônus demográfico
- Guedes atrela Refis à aprovação de reforma do IR no Senado
- United Health tenta vender Amil dez anos após aquisição
- Estatais devem perder contratos por descumprir marco legal
- Companhias admitem que ainda estão fora da regra
- Construção civil perde fôlego e deve crescer só 2% este ano

## **Estados acabam com congelamento do ICMS sobre combustíveis (17/01/2022)**

### **Broadcast**

O Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) confirmou que vai encerrar o congelamento do ICMS sobre combustíveis no dia 31 de janeiro prevista. O governador do Piauí e coordenador do Fórum Nacional de Governadores, Wellington Dias (PT), divulgou nota, na qual afirma: “Fizemos a nossa parte com o congelamento do preço de referência para ICMS”. O governador considerou que os aumentos da gasolina e do diesel têm servido apenas para “aumentar os lucros da Petrobras”. O Broadcast mostrou que havia um impasse entre os secretários de Fazenda sobre a renovação ou não da medida. Parte deles considerava que a medida havia sido suficiente para deixar claro que o presidente Bolsonaro estava errado em culpar os Estados pela alta dos preços dos combustíveis. Outra parte avaliava para não reativar o cálculo.

Antes do congelamento, o ICMS incidia sobre o preço médio ponderado ao consumidor final, que é reajustado a cada 15 dias. Cada Estado tem competência para definir a alíquota. Ela varia entre 25% e 34% na gasolina, dependendo do Estado. Mesmo com o ICMS estagnado desde 1.º de novembro, o preço dos combustíveis continuou a subir. O preço final é composto pelo valor cobrado pela Petrobras nas refinarias (atrelado à cotação do barril do petróleo no mercado internacional e ao câmbio), mais tributos federais (Pis/pasep, Cofins e Cide) e estaduais (ICMS), além das margens de distribuição e revenda e do custo do biodiesel (para o óleo diesel) e do etanol (gasolina).

## **Empresários pedem retomada de benefício a exportadores (17/01/2022)**

### **Broadcast**

Representantes da indústria se reuniram ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o que o setor considera como prioridade para 2022. Um dos pontos apresentados pela Coalizão Indústria, que representa 14 entidades, foi a retomada do Reintegra, programa que devolve às empresas exportadoras parte dos tributos pagos na cadeia de produção.

Os setores também se comprometeram a apoiar a tramitação da reforma tributária e das privatizações defendidas por Guedes. Segundo o coordenador do grupo, Marco Polo Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, o avanço das mudanças tributárias é “prioridade absoluta” para o setor e para o governo.

Ele disse que Guedes demonstrou preocupação com o aumento do déficit da balança comercial de manufaturados. Foi nesse ponto que os empresários apresentaram o pleito de aumentar a alíquota do Reintegra. O programa devolvia às empresas 3% do faturamento com as exportações. Em 2018, a alíquota foi reduzida “temporariamente” para 0,1%, mas não foi mais elevada. Foi apresentada a proposta de aumentar para uma faixa entre 2,5% e 3%, podendo chegar a até 5% de acordo com a empresa. Já o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, disse que há convergência de que a reforma tributária ampla, com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), seria solução para o assunto, porque acabaria com a tributação em cascata.

### **TCU vê risco de reajuste ‘expressivo’ da energia (17/01/2022) O Estado de S. Paulo.**

Ainda que impeça um “tarifaço” no curto prazo, a autorização para mais um empréstimo para socorrer as empresas do setor elétrico, somada a outras despesas, tem o risco de acarretar aumentos “expressivos” nas contas de luz nos próximos anos, alerta o TCU em relatório enviado ao governo. O órgão cobra “clareza” e “objetividade” do governo na condução da política tarifária e menciona “estudos deficientes” que não indicam os dados do impacto na inflação nem ações alternativas para equacionar os problemas financeiros das concessionárias. O governo publicou uma medida provisória que abre espaço para um novo socorro ao setor elétrico a fim de evitar um “tarifaço” nas contas de luz agora em 2022. O empréstimo será usado para bancar as medidas emergenciais para evitar falhas no fornecimento de energia e deve ser pago nos anos seguintes. Não foram detalhados os valores exatos do empréstimo, nem o prazo de pagamento, mas a previsão é que a operação fique em R\$ 15 bilhões.

“Começa-se a formar um acúmulo de aumentos tarifários em razão de processos tarifários anteriores, Conta-Covid e decisões tomadas durante a crise hidroenergética”, diz o relatório. “Há o risco de o consumidor, nos anos vindouros, estar sujeito a aumentos tarifários expressivos, em razão de efeitos de decisões tomadas, como pagamento da Conta-Covid e dessa operação de crédito, como as revisões tarifárias.” Para os técnicos do TCU, a opção pelo empréstimo, deveria ser baseada em “estudos, evidências e análises estruturadas para que as alternativas possam ser julgadas de maneira objetiva, sendo possível, assim, verificar se a política adotada representou a alternativa mais vantajosa para tratar o problema, frente a alternativas de solução”.

É a quarta vez que o governo faz operações financeiras para conter reajustes elevados nas contas de luz ou para socorrer as empresas de distribuição. A última foi em 2020, quando o empréstimo foi autorizado para minimizar os efeitos da pandemia – essa operação está sendo paga por meio de repasses adicionais às contas de luz.

## **Copel avalia a compra da Rio Energy (17/01/2022)**

### **Broadcast**

Interessada em expandir a participação das fontes eólica e solar para 25% do seu portfólio de geração de energia nos próximos anos, a Copel avalia a aquisição da Rio Energy. A empresa alvo da estatal paranaense chegou a avaliar uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa no ano passado, mas acabou desistindo da operação. Uma das alternativas colocadas à mesa seria a Copel fazer a oferta de compra com a participação de um parceiro. A Denham Capital, controladora da Rio Energy, pediu R\$ 5 bilhões pela empresa, segundo fontes. Outro ativo de geração renovável disponível no mercado e que a Copel teria avaliado é a Ibitu Energia (antiga Queiroz Galvão Energia), negócio gerido pela norte-americana Castllake.

De acordo com outra fonte com conhecimento das operações, a venda da Ibitu é considerada um pouco mais complexa, uma vez que a empresa é parte da Queiroz Galvão, em recuperação judicial. Contudo, dado o apetite de investidores por ativos de geração eólica e solar, há grandes chances de a venda da companhia ocorrer nos próximos meses.

## **5G na Aviação (17/01/2022)**

### **Broadcast**

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (Confins) vai inaugurar no segundo semestre um laboratório para testar aplicações do 5G no mundo da aviação. A iniciativa é a primeira desse tipo no Brasil e tem negociações em andamento para atrair parceiros como Vivo, Huawei e PUC Minas. O laboratório abrirá as portas do aeroporto para experimentar novidades que lembram filmes futuristas.

Com o 5G, seria possível identificar os passageiros por reconhecimento facial e escanear as bagagens rapidamente, eliminando filas para entrada na área de embarque. Ou até mesmo rastrear malas em tempo real, minimizando riscos de extravio.

A prioridade do laboratório será a pesquisa nas áreas de segurança, logística e mobilidade urbana, diz Kleber Meira, presidente do aeroporto administrado pelo consórcio de CCR e Zurich. Se os resultados forem promissores, o grupo pretende replicar as iniciativas em outras unidades.

O 5G promete velocidade até 20 vezes maior que o 4G, além de latência (tempo de resposta entre o comando e a execução) baixíssima. Isso permitirá o surgimento de novas aplicações. O 5G tem atraído o interesse da agropecuária, indústria e mineração, que já implementaram laboratórios de testes. Paralelamente, as agências regulatórias de telecomunicações e aviação (Anatel e Anac) estão estudando potenciais interferências do 5G em instrumentos de voo, assim como a análise feita nos EUA.

## **Plataforma de tecnologia para logística e mobilidade (17/01/2022)**

### **Broadcast**

A nstech, plataforma de tecnologia para logística e mobilidade, está agregando a 18.ª empresa a seu ecossistema, de olho no avanço do ecommerce. A holding, controlada pela Niche Partners (ligada à SK Tarpon) e que tem como acionista o fundo sueco Greenbridge, fez um investimento na Frete Rápido, que fornece inteligência logística e conecta indústrias, e-commerce, varejo, operadores logísticos a transportadores. A nstech conecta motoristas, corretores, seguradores,

transportadores de cargas e passageiros. A empresa tem 45 mil clientes, sendo 35 mil transportadoras. Além do Brasil, atua no México, Equador, Peru e Colômbia na área de gestão de risco. Faturou R\$ 450 milhões em 2021 e prevê crescer 25% este ano.

## **Desperdício do bônus demográfico (17/01/2022)**

**O Estado de S. Paulo.**

Entre as diversas oportunidades que o Brasil tem desperdiçado nos últimos anos, o bônus demográfico figura entre as principais. Desde o início da década de 1970, a quantidade de pessoas em idade ativa (PIA), entre 15 e 64 anos de idade, apresenta um crescimento superior ao do restante da população como um todo. O fenômeno, que tende a contribuir com o desenvolvimento econômico, deve acabar em 2038 sem que o País tenha aproveitado essa vantagem para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB). Pelo contrário: os períodos mais recentes foram marcados por décadas perdidas, com aumento do endividamento, inflação e desemprego.

A pandemia surge como um fator que pode antecipar o fim do bônus demográfico em cinco ou seis anos. Além de ter ceifado a vida de mais de 620 mil brasileiros, a covid-19 levou muitos casais a adiarem a decisão de ter filhos em um momento de tanta incerteza. “As pessoas que deixaram de nascer em 2020 e 2021 teriam 15 anos em 2035 e 2036, quando estariam entrando na população em idade ativa. Por conta da pandemia, o decréscimo da população em idade ativa vai começar mais cedo”, disse o professor Escola Nacional de Estatísticas José Eustáquio Diniz Alves.

Sem a vantagem do bônus demográfico, resta ao País enfrentar problemas antigos cuja solução é conhecida, mas procrastinada. Estudo de José Ronaldo de Castro Souza Júnior, do Ipea, e do economista Fabio Giambiagi, do BNDES, estima que o PIB poderia manter um crescimento de 2,5% ao ano ao longo da década com a aprovação de reformas que elevem a produtividade.

## **Guedes atrela Refis à aprovação de reforma do IR no Senado (17/01/2022)**

**O Estado de S. Paulo.**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou a interlocutores com a possibilidade de um Refis para médias e grandes empresas caso o Senado aprove o

projeto de reforma do Imposto de Renda. O novo programa de parcelamento de dívidas abrangeria pessoas físicas e incluiria de tributos como o IR a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para obrigações trabalhistas e tributárias.

Além de prever a volta da taxaço de lucros e dividendos, com uma alíquota de 15%, o projeto que está no Senado estabelece a correção da tabela do IR da Pessoa Física (IRPF) e o aumento da faixa de isenção – de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. O projeto foi aprovado pela Câmara em setembro de 2021 com 398 votos favoráveis, mas foi colocado na geladeira pelo relator do Senado, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

A empresários, Guedes tem afirmado que seria melhor passar o projeto do IR neste ano, com a taxaço dos dividendos a uma alíquota de 15%, do que deixar a reforma ser aprovada em 2023 com o risco de um eventual novo governo pressionar por taxa maior. Quando o projeto foi enviado pelo governo ao Congresso, a alíquota prevista era de 20%. Como se trata de aumento de imposto, a alíquota maior só poderia vigorar no ano seguinte. Ou seja, se for aprovada em 2022, a reforma só entraria em vigor em 2023. Já a tabela do IRPF poderia entrar em vigor neste ano, mas tem alto custo de perda de arrecadação. A equipe econômica vê chance de o projeto ser aprovado em 2022.

## **United Health tenta vender Amil dez anos após aquisição (17/01/2022)**

**O Estado de S. Paulo.**

Dez anos após ter adquirido a Amil, em uma transação de R\$ 10 bilhões, a americana United Health Group (UHG) se movimenta para vender o controle da Amil. A negociação é mais um passo na redução das operações do grupo no Brasil, após ter repassado a carteira de planos individuais da Amil para a APS. Grupos de saúde do País foram sondados, como Sul América e Bradesco, mas a disputa estaria entre a Rede D'Or, e a família Bueno, dos fundadores da Amil. A estratégia de saída vem depois de tentativas de revitalização do negócio. A UHG não conseguiu reverter a situação da Amil.

Posteriormente, lançou no Brasil a Optum, empresa de tecnologia especializada em saúde que é sucesso nos EUA, mas que não decolou por aqui. No mercado

americano, a UHG é uma gigante de saúde. Apenas no terceiro trimestre do ano passado, lucrou US\$ 4 bilhões. Na Bolsa americana, é avaliada em US\$ 445 bilhões.

A Amil encerrou o exercício de 2020 – o último balanço divulgado – com queda de 6% em seu faturamento consolidado, que alcançou R\$ 25,7 bilhões. A redução do número de beneficiários e do volume de procedimentos eletivos foram os motivos para a retração. No entanto, quedas nas despesas de comercialização e administrativas levaram a operadora a fechar o ano com lucro líquido de R\$ 517,1 milhões.

A Amil operava no prejuízo sua carteira de planos individuais. Em dezembro, após a transferência da carteira com mais de 370 mil vidas para uma empresa chamada APS Assistência Personalizada à Saúde, vários clientes se queixaram sobre a falta de esclarecimentos, levando a um pedido de esclarecimentos do Procon.

## **Estatais devem perder contratos por descumprir marco legal (17/01/2022)**

**O Estado de S. Paulo.**

Sete empresas estaduais de saneamento correm alto risco de perder seus contratos com municípios onde operam, o que irá obrigar prefeituras a procurarem outras alternativas para o atendimento de serviços de água e esgoto. O cenário abre caminho para a atuação de empresas privadas, um dos objetivos do marco legal do saneamento. As estatais dos Estados de Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima e Tocantins não comprovaram ter capacidade de investir para universalizar os serviços nas regiões atendidas conforme cobra a nova lei, em vigor desde julho de 2020.

Todas as companhias ficam nas regiões Norte e Nordeste, onde estão concentrados os piores índices de saneamento do País. Atualmente, apenas 55% da população brasileira é coberta com rede de esgoto e 84,1% com abastecimento de água por rede. A maioria das prestadoras de serviços são estatais controladas pelos governos estaduais. Pelo marco legal, empresas do setor precisam atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

A exigência da comprovação de capacidade foi colocada no marco legal para rechaçar prestadoras que não têm condições de investir. Dentro do governo federal, o

potencial cancelamento desses contratos é visto como uma oportunidade para blocos de municípios buscarem conceder seus serviços a empresas privadas. Desde que o marco foi aprovado, leilões de saneamento já conseguiram contratar mais de R\$ 40 bilhões em investimentos. A preocupação de que esses municípios não fiquem desatendidos. Essas estatais deverão continuar o atendimento até que uma nova operadora de saneamento seja contratada.

## **Companhias admitem que ainda estão fora da regra (17/01/2022)**

**O Estado de S. Paulo.**

Empresas estaduais cujos contratos se tornaram irregulares por descumprir o novo marco legal do saneamento afirmam que buscam adequar suas estruturas à nova lei, mas admitiram não ter cumprido a exigência de apresentar a comprovação de suas capacidades econômico-financeiras.

O reconhecimento foi feito pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e pela Empresa de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa). Já a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) alegou que não estava sujeita a essa regra, do que o governo federal discorda. A Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) afirmou que providencia a documentação, e o Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre (Depasa) informou que está em contato com o governo federal para buscar alternativas para os serviços.

Acre, Pará e Tocantins não responderam à reportagem. Como mostrou o Estadão/broadcast, essas empresas devem perder seus contratos com municípios onde operam, o que obrigará prefeituras a procurar outras alternativas. O Estado do Maranhão afirmou que “os complexos procedimentos e os prazos curtos exigidos” pelo decreto que regulamentou os procedimentos de capacidade econômico-financeira “ainda não permitiram o pleno atendimento a este requisito”. “Vale ressaltar que o decreto citado está sendo objeto de contestação judicial no âmbito do STF”, afirmou o governo local, segundo quem a Caema atende a população maranhense em mais de 140 municípios e está realizando estudos visando à adequação ao novo marco. A ação no STF teve liminar negada pelo ministro Luís Roberto Barroso.

## **Construção civil perde fôlego e deve crescer só 2% este ano**

### **Broadcast**

Um dos motores da recuperação da economia brasileira no ano passado, a construção civil está perdendo fôlego. O Produto Interno Bruto (PIB) da Construção deve crescer 2% em 2022, o que representa uma desaceleração perante 2021, quando subiu 8%. A projeção foi divulgada, em parceria entre a FGV e o Sindicato da Construção de São Paulo, e vai na mesma linha da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que também espera alta de 2% para o PIB setorial neste ano. As entidades trabalham com previsão de abertura de 110 mil vagas de emprego em 2022, ante 246 mil, em 2021, e 98 mil, em 2020. Após recordes de vendas de imóveis residenciais nos últimos dois anos, o setor passa por um momento negativo. Os juros e a inflação inibem novos negócios.

Um ano atrás era possível contratar um financiamento de R\$ 200 mil para compra da casa própria com juros de 6,25% ao ano. Isso exigia das famílias renda mínima de R\$ 5,2 mil e gerava uma parcela de R\$ 1,5 mil. Hoje, o mesmo empréstimo tem taxa de 9% ao ano, o que demanda renda de R\$ 6,6 mil (27% maior) e parcela de R\$ 2 mil (33% maior), segundo cálculos do Sinduscon/fgv. “A decisão de se comprar um imóvel está relacionada ao poder de compra e à percepção de riscos e incertezas”, disse a coordenadora de estudos da construção da FGV Ana Maria Castelo: “E o aumento das taxas de juros certamente vai ter um impacto nas contratações.”

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do  
Governo do Estado do Ceará.***

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***www.sedet.ce.gov.br***

## ANEXO

### INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado 13.01.2022

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	2022**
<b>Ceará</b>	1,45	2,67	-3,56	6,24	1,25
<b>Brasil</b>	1,78	1,41	-4,06	4,65	0,5

Fonte: IPECE. Atualizado em 16/12/2021.

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
<b>Ceará</b>	155,9	167,0	168,3	193,6
<b>Brasil</b>	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
<b>PIB_CE/PIB_BR</b>	2,23	2,25	2,26	2,29
<b>Participações População (%)</b>	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-OUT/18	JAN-DEZ/18	JAN-OUT/19	JAN-DEZ/19	JAN-OUT/20	JAN-DEZ/20	JAN-OUT/21
<b>Ceará</b>	1,90	1,97	2,12	2,30	-2,91	-2,22	3,84
<b>Nordeste</b>	1,83	1,64	0,26	0,41	-2,60	-1,95	3,42
<b>Brasil</b>	1,33	1,29	1,04	1,01	-4,93	-4,05	4,99

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
<b>Exportações</b>	2.342,08	2.275,19	1.853,42	2.738,30	47,74
<b>Importações</b>	2.534,05	2.357,54	2.413,55	3.870,37	60,36
<b>Saldo Comercial</b>	-191,97	-82,35	-560,13	-1.132,07	102,11

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até novembro)
<b>Brasil (R\$ Tri)</b>	3,26	3,48	4,02	4,58
<b>Ceará (R\$ Bi)</b>	71,32	76,77	87,14	98,25*

Fonte: Banco Central.\* Atualizado até outubro.

**PRINCIPAIS ÍNDICES**
**ATIVIDADE – CEARÁ**

	Variação Acumulada de Janeiro a Outubro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	1,2	-9,9	8,9
Pesquisa Mensal de Serviços*	-7,2	0,1	-14,3	13,0
Pesquisa Mensal do Turismo*	5,9	5,2	-42,0	19,0
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,5	-1,2	-7,9	-2,0
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	2,9	3,3	-7,3	9,0
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,1	12,4	5,3	22,7

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

(\*) Atualizado para novembro.

**MERCADO DE TRABALHO – CEARÁ**

INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.3
<b>Desocupação (%)</b>	10,1	10,1	14,4	12,4
<b>Nível de ocupação (%)</b>	50,3	50,8	42,8	46,7
<b>População em idade de trabalhar</b>	<b>7.312 (100%)</b>	<b>7.410 (100%)</b>	<b>7.620 (100%)</b>	<b>7.408 (100%)</b>
<b>Força de trabalho (mil) (a=b+c)</b>	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.618
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
<b>Fora da Força de trabalho (mil)</b>	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
<b>Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)</b>	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

**ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS**

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até novembro)
<b>Ceará</b>	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.525.616
<b>Nordeste</b>	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.857.548
<b>Brasil</b>	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	49.229.074
<b>CE/NE (%)</b>	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
<b>CE/BR (%)</b>	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,10
<b>NE/BR (%)</b>	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: \* **O estoque de empregos 2021**: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

**Saldo do emprego formal – Ceará – 1996 – Novembro/2021**

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
<b>2021*</b>	<b>456.611</b>	<b>372.492</b>	<b>84.119</b>
2020*	373.258	367.185	6.073
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
<b>Subtotal</b>	<b>7.242.937</b>	<b>6.705.004</b>	<b>537.933</b>
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
<b>Total</b>			<b>607.481</b>

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: \* Valores sujeitos a revisão.

<b>ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-DEZ)</b>					
<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Var (20 - 21) %</b>
<b>Abertura</b>	70.245	85.246	88.887	110.052	23,81
<b>Fechamento</b>	71.837	31.598	27.473	38.827	41,33
<b>Saldo</b>	-1.592	53.648	61.414	71.225	15,98

Fonte: JUCEC.

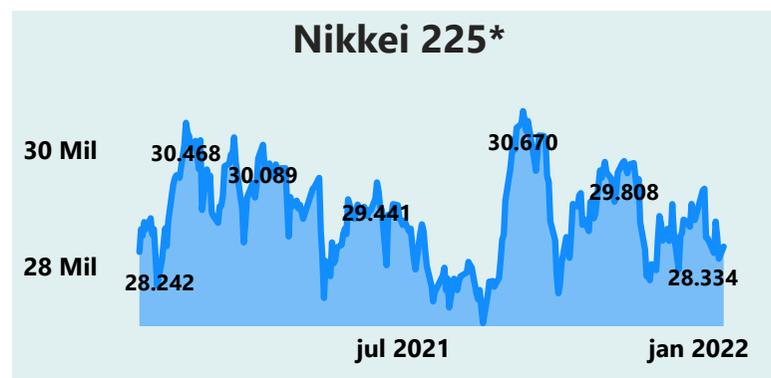
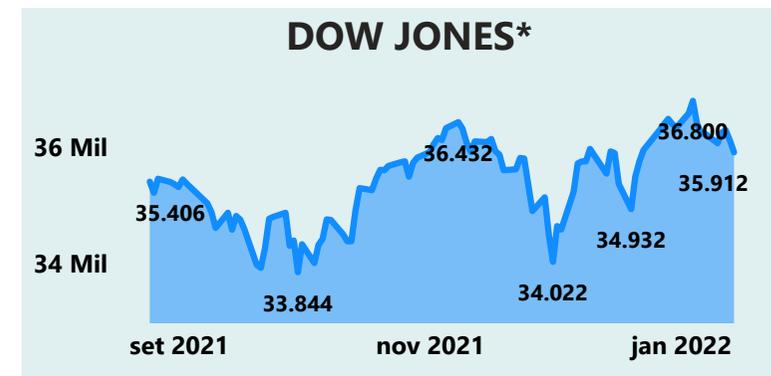
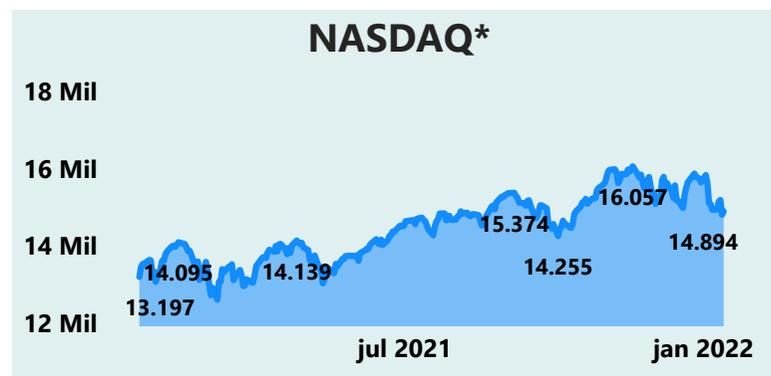
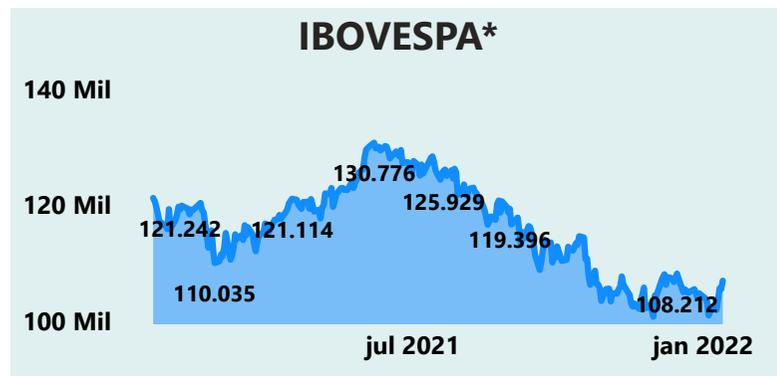
<b>PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-DEZ)</b>					
<b>PERÍODO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Var (20 - 21) %</b>
	17.214.859	18.100.766	15.930.483	22.417.077	40,72

Fonte: CIPP

<b>CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-SET)</b>					
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Var (20 - 21) %</b>
<b>Ceará</b>	8.515.422	8.700.779	8.418.419	9.315.112	10,65

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

## BOLSAS



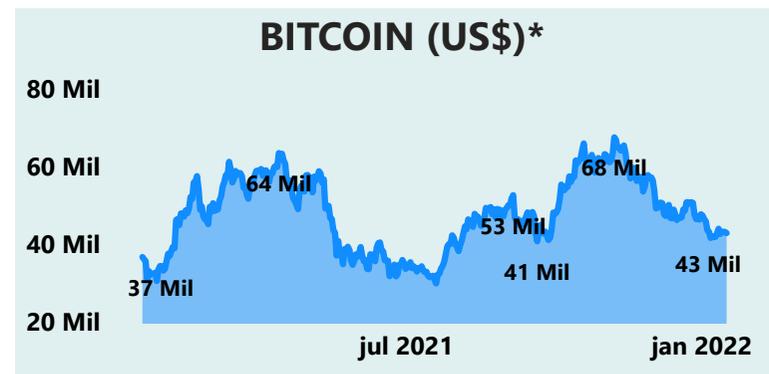
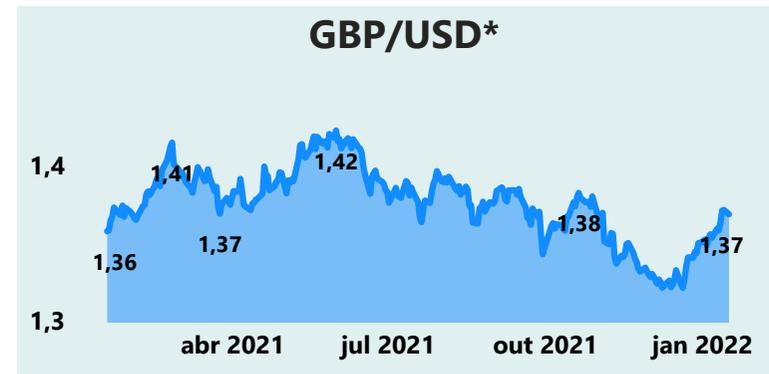
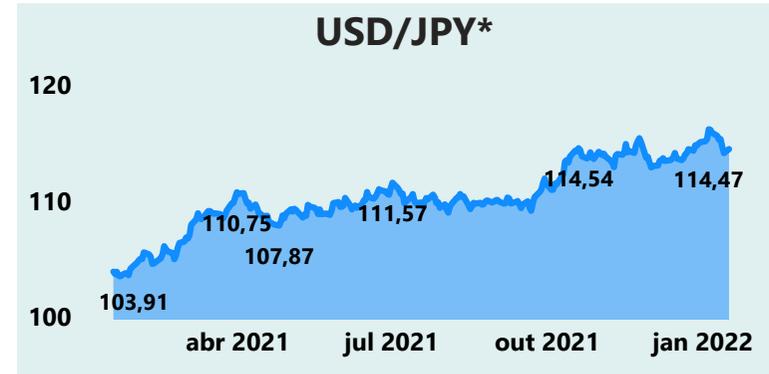
Última data disponível (\*)

14/01/2022

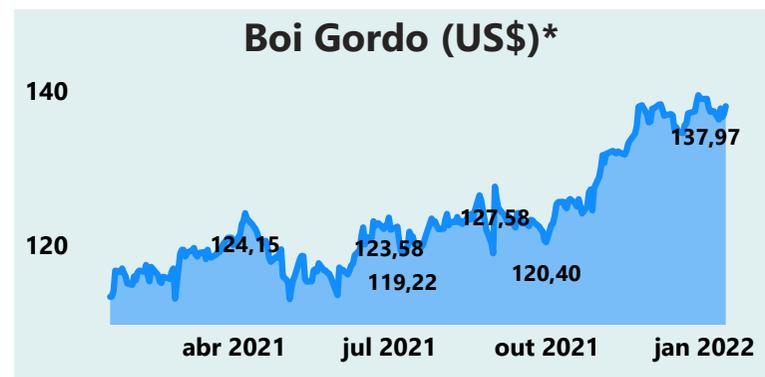
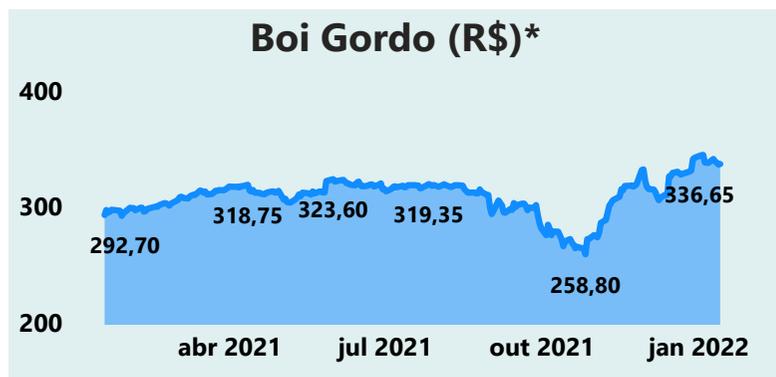
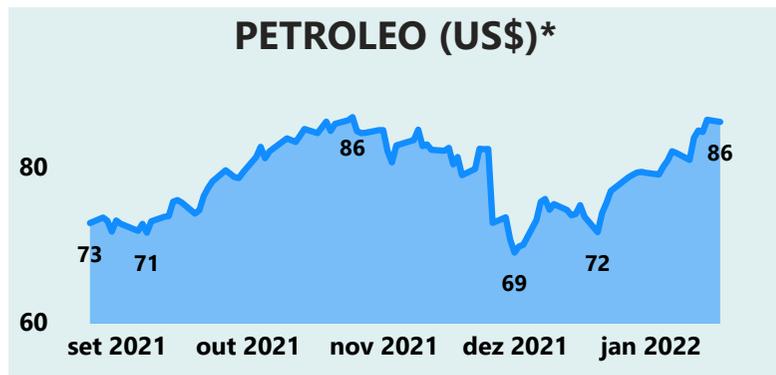
Última data disponível (\*\*)

14/01/2022

## MOEDAS

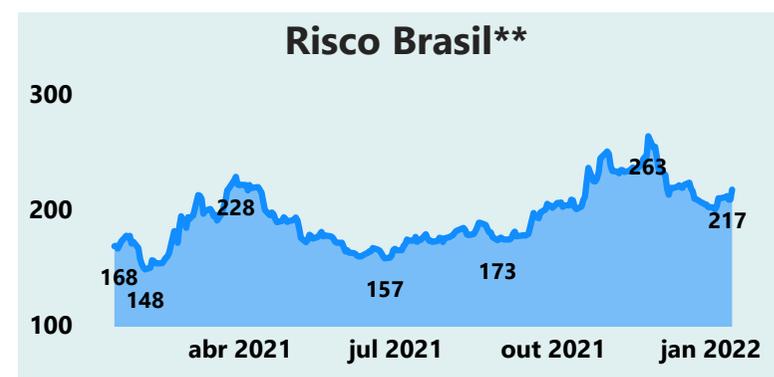
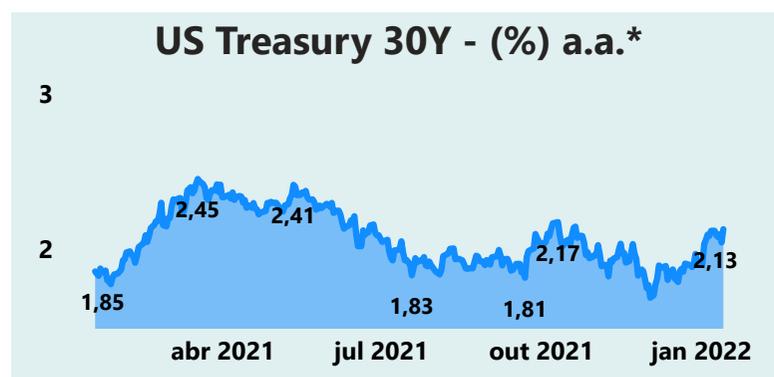
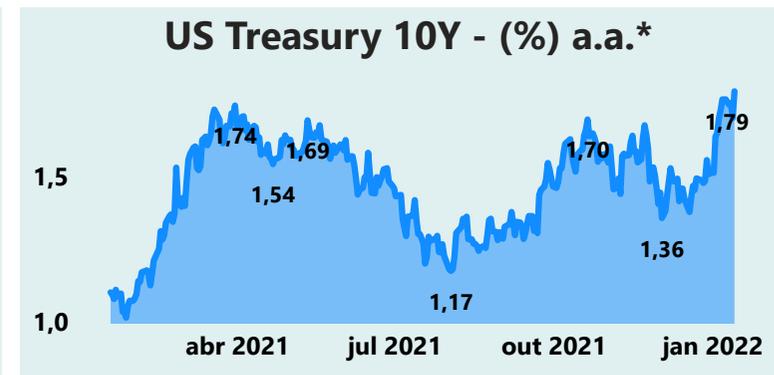
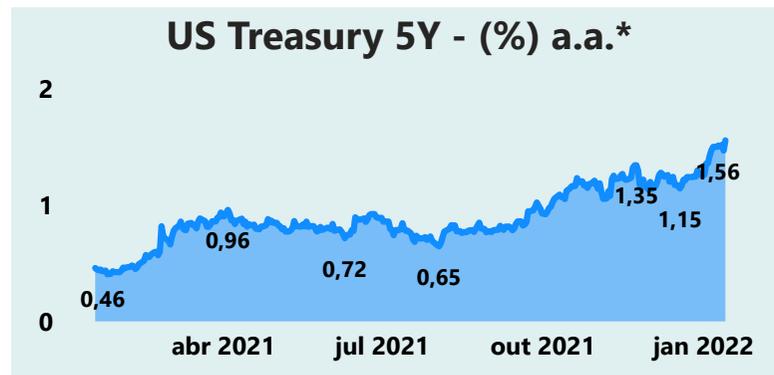
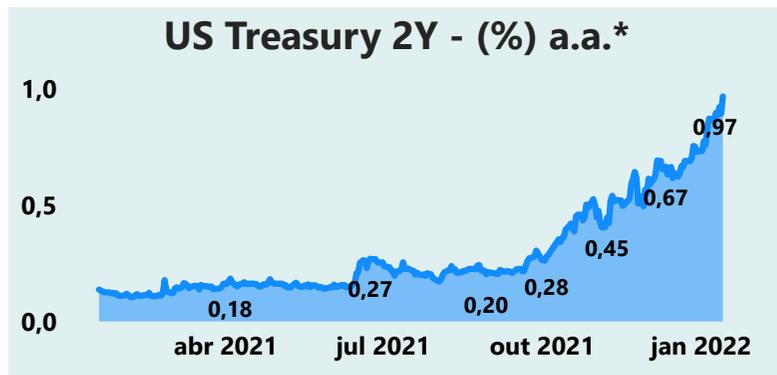


Última data disponível (\*)  
14/01/2022



Última data disponível (\*)  
14/01/22

Última data disponível (\*\*)  
14/01/2022

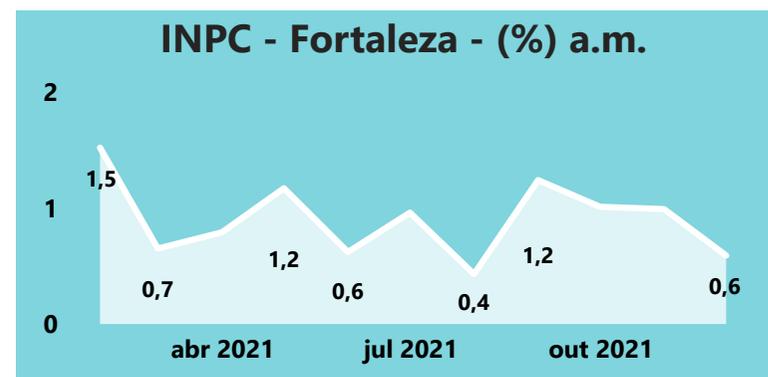
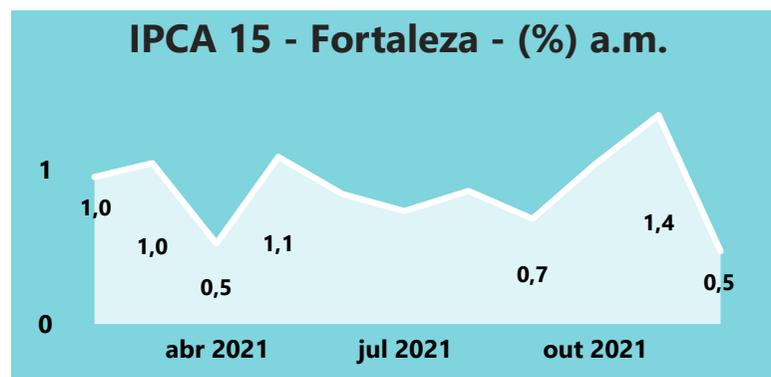
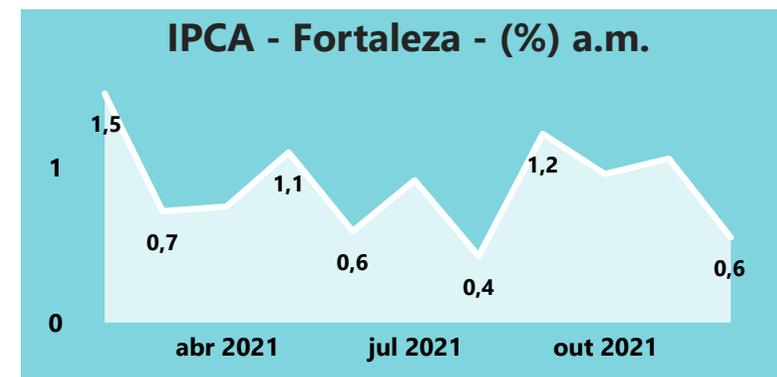
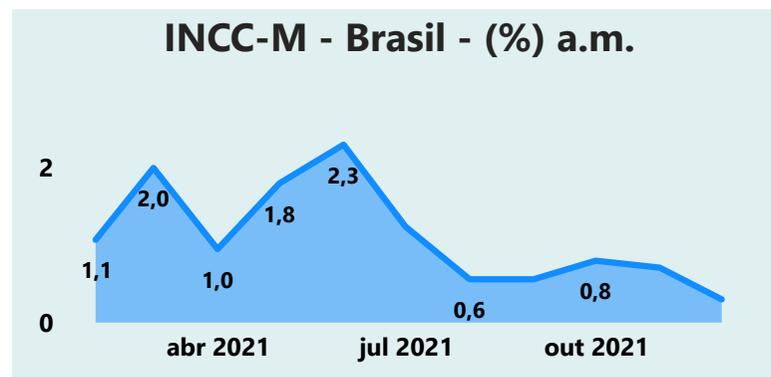
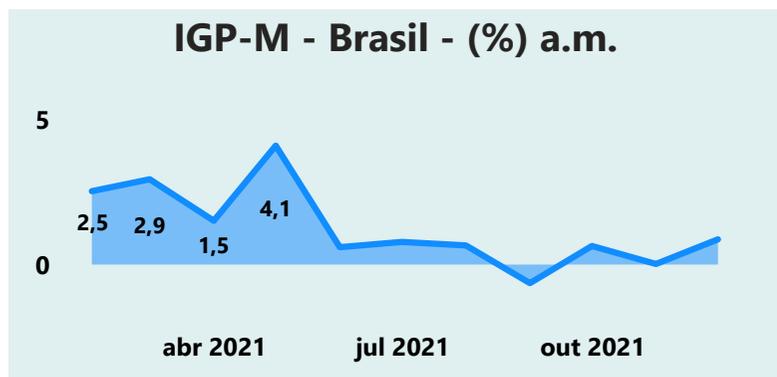
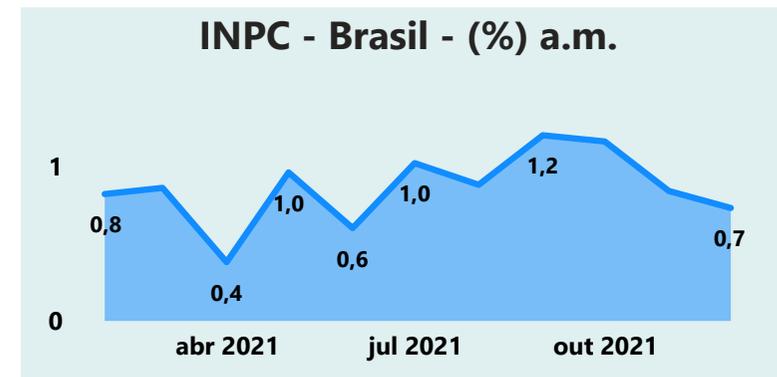
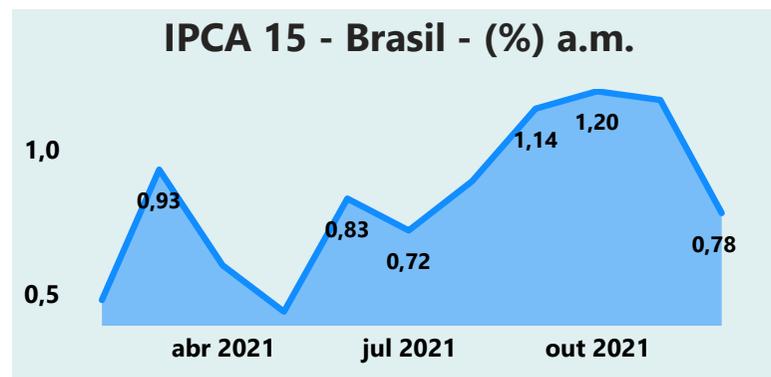
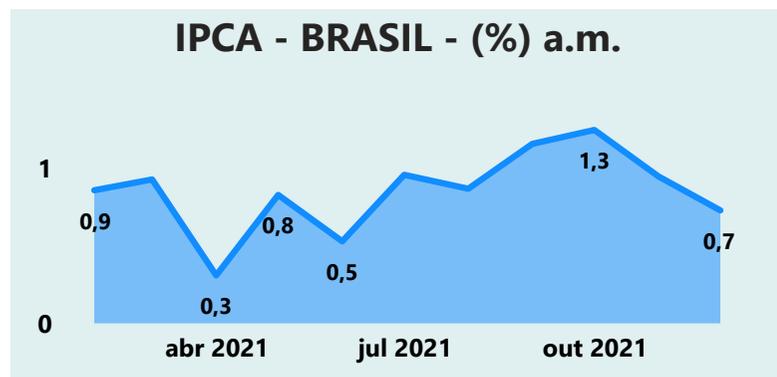


Última data disponível (\*)

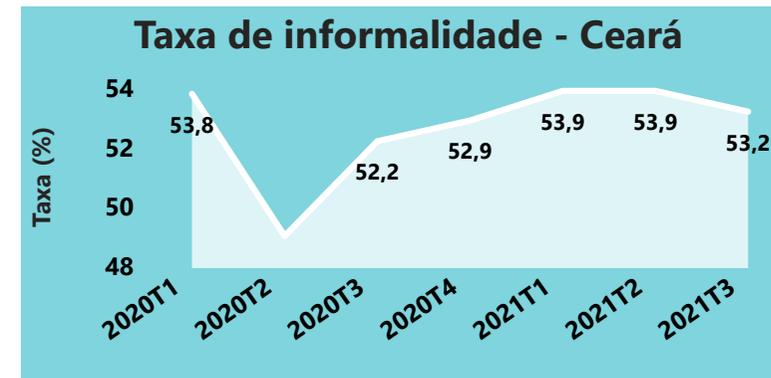
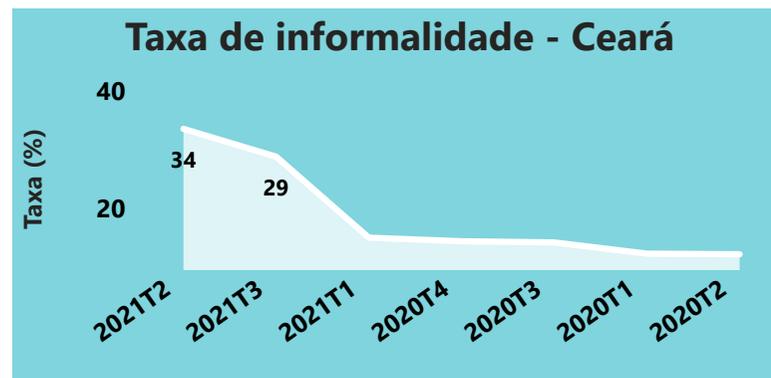
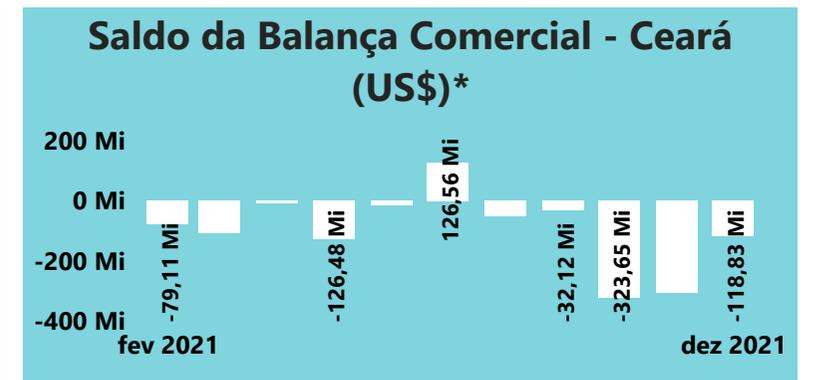
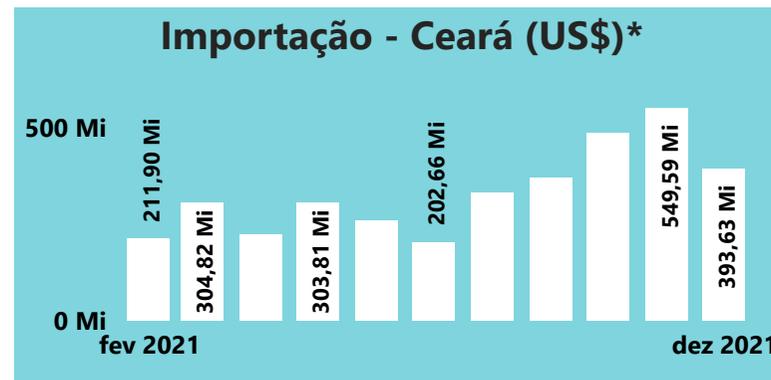
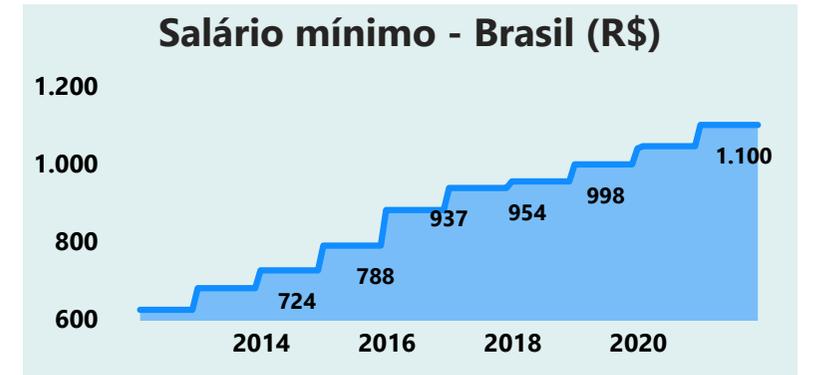
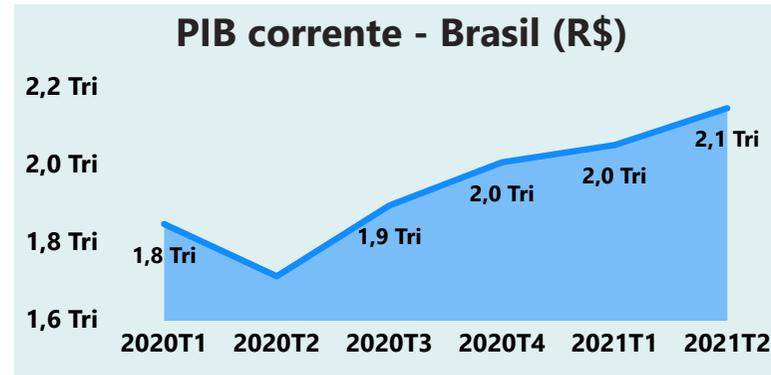
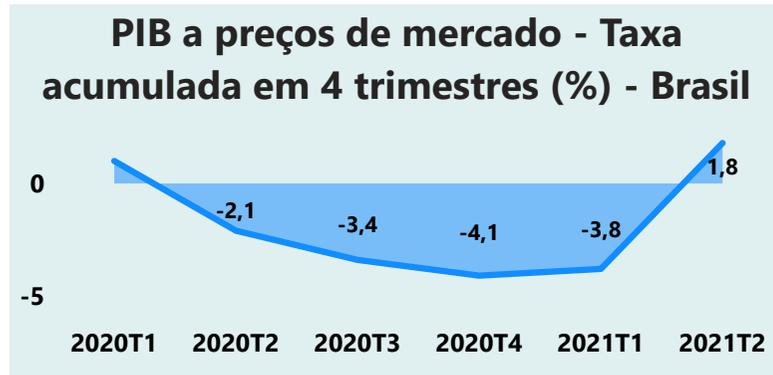
14/01/22

Última data disponível (\*\*)

14/01/22



Índices disponíveis até  
2021-12

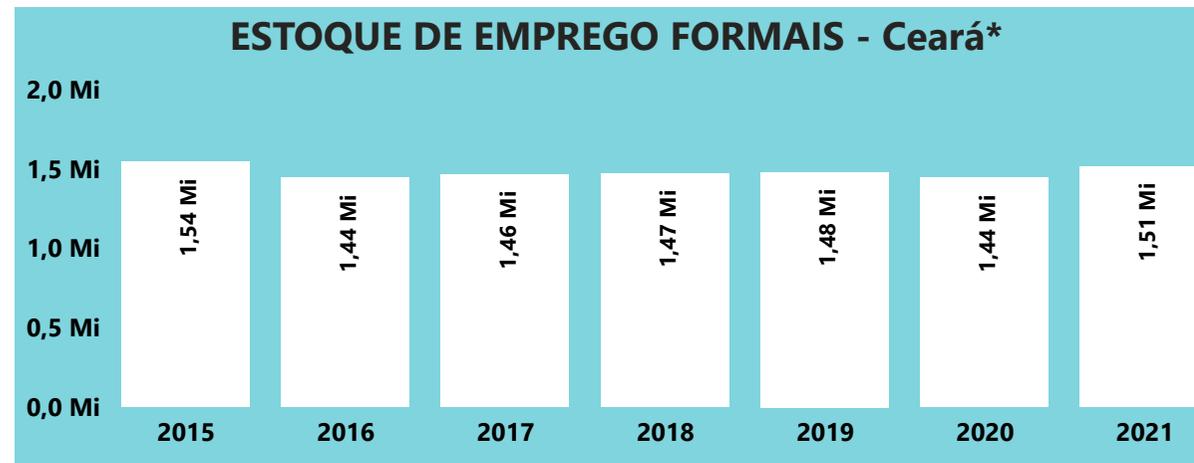
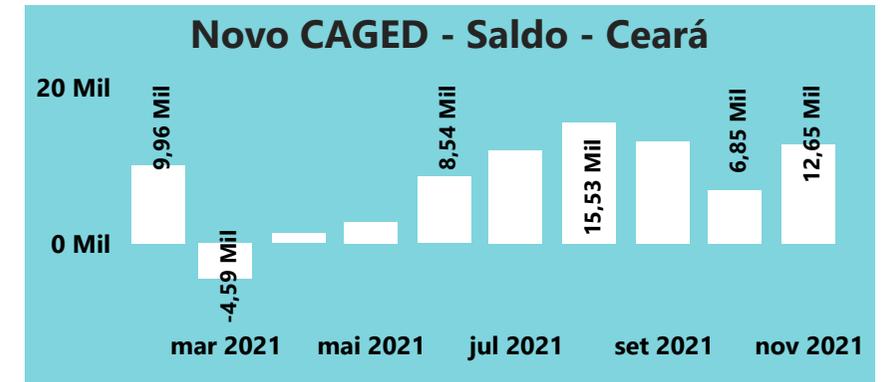
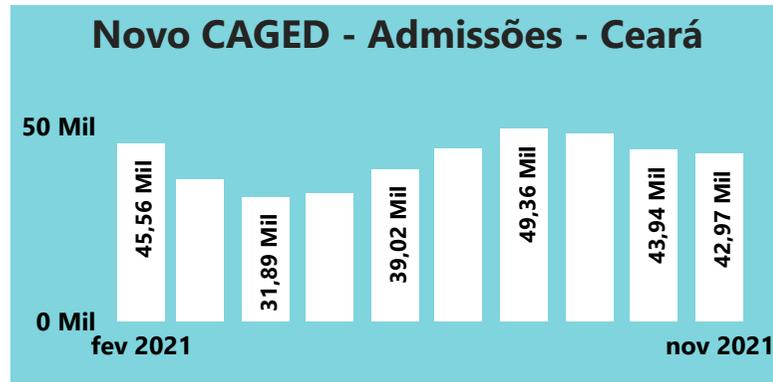


Última data disponível (\*)  
2021-12



# MONITOR SOCIOECÔNOMICO ADECE

## MERCADO DE TRABALHO (nov/2021)



\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.



**Petróleo (US\$):** O petróleo Brent é um petróleo mais leve, negociado na Bolsa de Londres com produção no mar do norte da Europa e na Ásia. Ele é usado como preço de referência no mundo, isto é, quando você ouve ou lê uma notícia sobre o preço do barril de petróleo, o Brent é o mais citado. Ele é negociado em barril (159 litros).

**Ouro (US\$):** Gold Futures (GC) são negociados na bolsa COMEX, que faz parte do CME (Chicago Mercantile Exchange) Group. Cada contrato Gold Futures (GC) padrão representa 100 onças troy de ouro, que é o peso de um tijolo de ouro.

**Prata (US\$):** Os contratos futuros de prata representam 5.000 onças troy de prata e operam em dólares americanos por onça. (\$/oz). Os preços dos contratos variam em movimentos de \$0,05, sem limite por sessão e são negociados para os seguintes meses de expiração: janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro.

**Boi Gordo (R\$):** O futuro de boi gordo é um ativo financeiro negociado por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) da B3, e é utilizado como um meio de gestão de risco sobre as oscilações de preços dessa commodity, que é uma das principais do Brasil – país considerado um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Cada contrato equivale à negociação de 330 arrobas líquidas – sendo que cada arroba líquida equivale a 15 quilos – oriundas do animal que tem essas características. Ou seja, cada contrato negocia o equivalente a 4.950 quilos desse ativo-objeto.

**Boi Gordo (US\$):** O gado vivo é alimentado até o ponto de pesagem da colheita. Os contratos de gado vivo vêm com entrega física. Cada contrato futuro de gado vivo representa 40.000 libras com uma flutuação de preço mínima de \$ 0,00025 por libra, ou \$ 10 por tick. O contrato é negociado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 13h05, horário central (CT).

**Onça troy:** Unidade de peso do sistema *troy*, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas. Um quilograma equivale a 32,15 onças-*troy*.